9991498/COSME LOBATO CORDEIRO (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 2.5 diárias (Completa) / de 30/03/2011 a 01/04/2011

9991498/COSME LOBATO CORDEIRO (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 1.5 diárias (Completa) / de 14/04/2011 a 15/04/2011

9991498/COSME LOBATO CORDEIRO (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 20/04/2011 a 20/04/2011

9991498/COSME LOBATO CORDEIRO (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 2.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 29/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**APOSTILAMENTO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 222304**

Número: 1

Assinatura: 13/04/2011

Valor: 0,00

Justificativa: Alteração de dados bancários dispostos na Cláusula Quarta, item 4.8 do CONVÊNIO 003/2008-MPE/PA.

Contrato: 3/2008

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

**CONTRATO
NÚMERO DE PÚBLICAÇÃO: 222308**

Contrato: 17

Exercício: 2011

Objeto: Serviço de desinsetização, desratização e descupinização em imóveis do Ministério Público do Estado do Pará.

Valor Total: 7.820,00

Data Assinatura: 13/04/2011

Vigência: 14/04/2011 a 13/04/2012

Dispensa: 7/2011

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

03122012545340000 339039 0101000000 Estadual

Contratado: SUPERDREAM SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

Endereço: Tv Djalma Dutra, 987

CEP. 66113-010 - Belém/PA Telefone: 9132542024

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 222319
PORTARIA: 770/2011**

Objetivo: A FIM DE TRATAR DE ASSUNTOS AFETOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOMÉ-AÇU.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/1/1994.

Origem: TOMÉ-AÇU/PA - BRASIL

Destino(s): BELEM/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991378/MARLY PAIXÃO ALEIXO DOS REIS (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 1.5 diárias (Completa) / de 04/04/2011 a 05/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 222288**

Termo Aditivo: 1

Data de Assinatura: 13/04/2011

Valor: 12.721,68

Vigência: 19/04/2011 a 18/04/2012

Justificativa: Prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valor.

Contrato: 26

Exercício: 2010

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

03122012545340000 339036 0101000000 Estadual

Contratado: HOSANA SONIA DE SOUZA RIBEIRO

Endereço: RUA VINTE E UM DE ABRIL, Bairro: Centro, 372

CEP. 67200-970 - Marituba/PA

Telefone: 9132561593

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 222295
PORTARIA: 768/2011**

Objetivo: A FIM DE DESEMPENHAR SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO AO PROMOTOR DE JUSTIÇA PAULO SERGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/1/1994.

Origem: PARAUAPEBAS/PA - BRASIL

Destino(s): CURIONOPOLIS/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991284/TATIANA MONTIBELLER DA SILVA (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 1.5 diárias (Completa) / de 06/04/2011 a 07/04/2011

9991284/TATIANA MONTIBELLER DA SILVA (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 1.5 diárias (Completa) / de 13/04/2011 a 14/04/2011

9991284/TATIANA MONTIBELLER DA SILVA (AUXILIAR DE

ADMINISTRAÇÃO) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 20/04/2011 a 20/04/2011

9991284/TATIANA MONTIBELLER DA SILVA (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 1.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 28/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 222249
PORTARIA: 762/2011**

Objetivo: A FIM DE DESEMPENHAR SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO ÀQUELE MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/1/1994.

Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL

Destino(s):

IGARAPE-AÇU/PA - Brasil<br

Servidor(es):

999932/HELBER JAMES SOUSA BARROS (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 4.5 diárias (Completa) / de 04/04/2011 a 08/04/2011

999932/HELBER JAMES SOUSA BARROS (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 4.5 diárias (Completa) / de 11/04/2011 a 15/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 222252
PORTARIA: 764/2011**

Objetivo: A FIM DE TRATAR DE ASSUNTOS AFETOS ÀQUELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/1/1994.

Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL

Destino(s):

BRAGANÇA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991504/ANDERSON LUIZ LIMA DOS SANTOS (OFICIAL DE SERVIÇOS AUXILIARES) / 1.5 diárias (Completa) / de 03/03/2011 a 04/03/2011

9991504/ANDERSON LUIZ LIMA DOS SANTOS (OFICIAL DE SERVIÇOS AUXILIARES) / 1.5 diárias (Completa) / de 17/03/2011 a 18/03/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 222255
PORTARIA: 765/2011**

Objetivo: A FIM DE DESEMPENHAR SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO ÀQUELE MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/1/1994.

Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL

Destino(s):

BRAGANÇA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

999913/CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA GUILHERME (OFICIAL DE SERVIÇOS AUXILIARES) / 1.5 diárias (Completa) / de 10/03/2011 a 11/03/2011

999913/CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA GUILHERME (OFICIAL DE SERVIÇOS AUXILIARES) / 1.5 diárias (Completa) / de 24/03/2011 a 25/03/2011

999913/CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA GUILHERME (OFICIAL DE SERVIÇOS AUXILIARES) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 31/03/2011 a 31/03/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DECISÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO -
PA Nº 146/06 PJFMF**

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 222503

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº146/06

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2005

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE

ROTARIANOS – CASA DA AMIZADE DE BELÉM

DECISÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS – CASA DA

AMIZADE DE BELÉM, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ

04.550.885/0001-53, situada na Rua Ó de Almeida, 490 – 12ª

Andar nesta cidade e comarca de Belém, em 25/08/2006 foi

notificado (fls. 01) a apresentar suas contas relativas ao ano-

calendário de 2005, nos termos dos artigos 3º do Decreto Lei n

º 41 de 18/11/66 e 31 da Lei nº 8.742/93.

Às fls. 02 às 140, a entidade de interesse social apresentou as

contas solicitadas.

Às fls. 141 a 147 o apoio contábil do Ministério Público, exarou

parecer no sentido da aprovação das contas da referida entidade,

tendo em vista que a mesma aplicou corretamente os recursos

angariados na consecução de seus objetivos estatutários.

Essa, a suma dos fatos.

Cuida este procedimento administrativo da análise das contas do

ano-calendário 2005 da entidade denominada ASSOCIAÇÃO DAS

SENHORAS DE ROTARIANOS – CASA DA AMIZADE DE BELÉM.

Às fls. 141 a 147, o apoio contábil desta promotoria sugeriu a

aprovação das contas apresentadas.

O DEVER DE PRESTAR CONTAS

O dever de prestar contas, contra a qual se debatem vários segmentos ligados às fundações privadas e organizações não-governamentais, notadamente aquelas que, fraudando a verdade, procuram antagonizá-lo ao comando da eficiência, constitui no Direito Comparado, norma elementar de conduta de quem quer que se utilize dos recursos públicos ou privados. Basta lembrar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, registra em seu artigo 15; “a sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração”.

A Constituição Federal coloca as vigas mestras do dever de prestar contas no art. 70, parágrafo único, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04.06.98, ao estabelecer que “prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gere ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária”.

O dever de prestar contas é uma obrigação constitucional de quem trabalha com recursos públicos, na sua mais lata acepção, assim entendidos os que provêm do erário ou pela sua natureza têm origem a tanto equiparada, como ocorre com as obrigações parafiscais.

O DEVER DE PRESTAR CONTAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO DAS ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

Sabidamente, entidades de interesse social são todas aquelas associações sem fins lucrativos que apresentem em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social e assistencial.

As entidades de interesse social são constituídas visando a atender aos interesses e necessidades de pessoas indeterminadas ou à sociedade em geral, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultura.

Para uma associação ser caracterizada como de interesse social, faz-se mister que ela exerça, por meios de seus objetivos, missão de relevância como um todo.

Destarte, havendo interesse social nos objetivos da entidade, terá ela o acompanhamento e a fiscalização do Ministério Público por meio de sua Promotoria competente.

Na seara infraconstitucional, o Decreto-Lei n. 41, de 18.11.1966, dispoção sobre a dissolução de sociedades de fins assistenciais, conferiu ao Ministério Público importante papel na fiscalização e no acompanhamento dessas entidades.

Diz-nos o Dec. Lei n. 41/66 que:

“Art. 1º. Toda sociedade civil de fins assistenciais que receba auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, fica sujeita á dissolução nos casos e forma previstos neste decreto-lei.

Art. 2º. A sociedade civil será dissolvida se:

I- deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina;

II- aplicar as importâncias representadas pelos auxílios subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais;

III- ficar sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada nos seus órgãos diretores.

Art. 3. °Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses do artigo anterior, o Ministério Público, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, requererá ao juízo competente a dissolução da sociedade.

Parágrafo único. O processo de dissolução e da liquidação reger-se-á pelos arts. 655 e seguintes do Código de Processo Civil”.

Assim, o Decreto Lei n. 41/1966, conforme testifica José Eduardo Sabo Paes, in Fundações e Entidades de Interesse Social, 5ª. Edição, Ed. Brasília Jurídica, p.g. 440, “ao destinar ao Ministério Público, a qualidade (legitimatio ad causam) para promover a extinção das pessoas jurídicas referidas pelo Decreto-Lei nº 41/66 (art. 3º), que recebam subvenções ou auxílio do poder público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares (art. 1º), implicitamente imputa ao parquet o ônus de sua fiscalização e À ENTIDADE O DEVER DE PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS. E não há competência sem meios para executá-la.”

Ora, se o Ministério Público tem legitimidade para apurar, mediante inquérito civil público, irregularidades nas associações e sociedades civis sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou que têm fins assistenciais. Despiçando seria dizer que imperioso é exigir a prestação de contas da entidade, visto que de outra forma, tais recursos poderiam ser consumidos sob o manto da frágil alegação de que há, no caso, apenas direitos disponíveis.

Destarte, quando essas entidades manejam recursos públicos, além da obrigatoriedade de prestar contas aos órgãos de controle externos da Administração Pública (TCM, TCE e TCU), são também obrigadas a apresentar suas contas ao Ministério Público nos moldes exigidos pelo “parquet”.

No presente caso, a entidade apresentou suas contas ao Ministério Público do exercício 2005, de forma completa, ensejando a aprovação das contas da referida entidade.

Ante as razões aduzidas e aquelas outras contidas na manifestação